

HORIZONTE HISTÓRICO

ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA



LIVROS HORIZONTE

Edição Patrocinada por:

Reitoria da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Câmara Municipal do Porto
Fundação Engenheiro António de Almeida
Fundação Calouste Gulbenkian
Centro de Estudos da População e Família

ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

Homenagem ao Professor Vítor de Sá

Organização do
Centro de História da Universidade do Porto



BIBLIOTECA NACIONAL
Catálogo na Publicação
Estudos de história contemporânea portuguesa Estudos de história contemporânea portuguesa / Humberto Baquero Moreno... [et al.] (Horizonte histórico ; 42) ISBN 972-24-0819-4 CDU 946.9"17/19"

Colecção
HORIZONTE HISTÓRICO

Título:
Estudos de História Contemporânea Portuguesa

Autor:
Vários

Capa:
Estúdios Horizonte

Ilustração da Capa:
Cromatismo Político, Rafael Bordalo Pinheiro,
jornal *A Paródia*



© Livros Horizonte, 1991
ISBN 972-24-0819-4

Fotocomposição:
Interouro, Lda.

Impressão:
Rolo & Filhos, Artes Gráficas, Lda.

Novembro 1991

Dep. Legal nº 50191/91



Reservados todos os direitos de publicação
total ou parcial para a língua portuguesa por

LIVROS HORIZONTE, LDA.

Rua das Chagas, 17-1º Dtº – 1200 LISBOA

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA.....	5
Humberto Baquero Moreno	
VÍCTOR DE SÁ: UM HOMEM NA HISTÓRIA.....	7
Henrique Barreto Nunes	
BIBLIOGRAFIA DE VÍCTOR DE SÁ	21
Manuela Barreto Nunes	
A HISTORIOGRAFIA DA HISTÓRIA ECONÓMICA PORTUGUESA NOS ÚLTIMOS DEZ A DOZE ANOS.....	53
Armando Castro	
A CULTURA PORTUGUESA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA	61
Augusto Santos Silva	
EM TORNO DO BOM JESUS DE BRAGA	69
Carlos Alberto Ferreira de Almeida	
UM «MARGINAL» DO SÉCULO XVIII: O JACOBINO MANUEL NEGREIROS	83
Luís A. de Oliveira Ramos	
O DESASTRE DE LISBOA E A OPINIÃO PÚBLICA EUROPEIA	93
Ana Cristina Bartolomeu de Araújo	
INDÚSTRIAS DE BRAGA. A FÁBRICA BRACARENSE DE INSTRUMENTOS MUSICAIS.....	109
Aurélio de Oliveira	
INTOLERÂNCIA E SOCIEDADE.....	135
Hélio Osvaldo Alves	
A REVOLUÇÃO E AS INVASÕES FRANCESAS NO SERMONÁRIO DO PADRE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO	145
João Francisco Marques	
O DISCURSO IDEO-POLÍTICO DE FAUSTINO JOSÉ DA MADRE DE DEUS. CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS IDEIAS ANTI-LIBERAIS EM PORTUGAL.....	163
Armando B. Malheiro da Silva	

CINCO PROBLEMAS SOBRE A CARTA CONSTITUCIONAL DE 1826.....	183
Maria Helena Carvalho dos Santos	
OPÇÕES POLÍTICAS E PERSEGUIÇÕES AO PROFESSORADO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO LIBERALISMO	195
Rogério Fernandes	
A OPORTUNA «MEMÓRIA» DO MINDELO.....	233
Maria do Carmo Serén	
AS TIPOGRAFIAS DO PORTO NA 1ª METADE DO SÉCULO XIX (1836-1850).....	251
António do Carmo Reis	
A MEMÓRIA DE 1848 NA FUNDAMENTAÇÃO DO REPUBLICANISMO PORTUGUÊS.....	269
Fernando Catroga	
UTOPISMO, INTERNACIONALISMO, PACIFISMO.....	289
Maria Manuela Tavares Ribeiro	
REPRESENTAÇÕES DAS RELAÇÕES DE PORTUGAL E ESPANHA E DA QUESTÃO IBÉRICA NA <i>REVUE DES DEUX MONDES</i> (1831-1880).....	303
Maria da Conceição Meireles Pereira	
APRENDER A ARTE – SOBRE O APRENDIZADO NAS FÁBRICAS E OFICINAS SEGUNDO UM INQUÉRITO DE 1866.....	329
Gaspar Martins Pereira	
A LISBOA DE CESÁRIO	359
José-Augusto França	
ANTERO DE QUENTAL E OS MODELOS CULTURAIS EUROPEUS...	371
Ferreira de Brito	
RODRIGUES DE FREITAS: ENTRE A «JANEIRINHA» E O «31 DE JANEIRO»	377
Jorge Fernandes Alves	
A MAÇONARIA DO PORTO E A REVOLTA REPUBLICANA DE 1891.....	391
Fernando de Sousa	
SAMPAIO BRUNO E A IDEIA DE DEUS	411
Teresa Bernardino	
NOVAS SENSIBILIDADES CIENTÍFICO-CULTURAIS EM PORTUGAL NA AURORA DO SÉCULO XX	421
Ana Leonor Pereira Dwarkasing	
ANTÓNIO SÉRGIO: ENSAÍSTA, HISTORIADOR E HOMEM DE LETRAS.....	433
Fernando Piteira Santos	
O GRUPO DE ESTUDOS DEMOCRÁTICOS (1931-1932).....	439
Norberto Cunha	
Colaboradores deste volume.....	471

O DESASTRE DE LISBOA E A OPINIÃO PÚBLICA EUROPEIA

Ana Cristina Bartolomeu de Araújo

Poucos acontecimentos tiveram no século XVIII, antes da revolução francesa, um eco tão forte e persistente como o que o terramoto de 1755 alcançou. A notícia do *desastre de Lisboa*, assim lhe chamou Voltaire, correu em todas as capitais europeias. Só a existência de um público sensível ao catastrofismo e à novidade justificava tão ampla divulgação. Mas o efeito perverso da tragédia foi produzido à margem do senso comum. O infortúnio invadiu o campo da reflexão filosófica fazendo vacilar a mais persuasiva ideia do século – o optimismo. A imagem longamente construída de uma natureza, em «estado de graça», portadora de uma ordem intrínseca, imutável e racional foi também abalada. Um simples acontecimento parecia inaugurar um vasto e profundo debate em torno dos paradigmas da ciência da época.

Hoje, ao inscrever o desastre num inquérito amplo sobre os sentimentos, representações e expectativas que então agitaram a Europa tenho presente as contribuições de Paul Hazard, conhecido historiador do pensamento europeu no séc. XVIII, e autor do artigo, *Esquisse d' une Histoire Tragique du Portugal, devant l' opinion publique du dix-huitième siècle* publicado em 1938, na *Revue de Littérature comparée*, em número dedicado a Portugal; Francisco Luís Pereira de Sousa, que, ao longo dos seus

minuciosos trabalhos, foi sempre entrelaçando a Geologia e a História, particularmente a Demografia, nomeadamente em *O Terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo Demográfico (4 vols.)* e *Alguns prognósticos possíveis do Terramoto de 1755*; e T. Kendrick que, em *The Lisbon Earthquake*, reconstruiu, com detalhe, as reacções em cadeia ao acontecimento em Inglaterra. Neste campo, avultam ainda as contribuições de C. Boxer, Carlos Estorninho e António Gonçalves Rodrigues¹. E não deixarei de fora *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*, de Suzanne Chantal, obra bem documentada, mas desprovida de rigor histórico, porque intencionalmente literária.

Alguns dos autores ou trabalhos que enumerei, a par de outros contributos menos ambiciosos como o de Castelo Branco Chaves que escreveu sobre *O Poeta Le Brun e o terramoto*, datam justamente do segundo centenário do desastre. Nesse ano, *Os Ensaios de Kant a propósito do terramoto de 1755* foram traduzidos por Luís da Silveira e a Câmara Municipal de Lisboa, que pôs a sua chancela em algumas destas edições, promoveu, entre outras, uma grande *Exposição iconográfica e bibliográfica comemorativa da reconstrução da cidade*, cujo catálogo foi publicado.

Depois disto, só a publicação de *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* de José Augusto-França, em 1965, na primeira edição, em Paris, merece ser realçada. Para além de um outro facto curioso, ou seja, o aparecimento casual, e quase simultâneo, de quatro trabalhos muito recentes: – uma memória apresentada à Academia das Ciências por Rómulo de Carvalho sobre *As interpretações, dadas na época, às causas do terramoto de 1755*², um artigo de Maria Luisa Braga intitulado *A Polémica dos Terramotos em Portugal*³ e outro de minha autoria, subordinado ao tema *Ruína e Morte em Portugal a propósito do terramoto de 1755*⁴, para além de um interessante catálogo sobre a *Sismicidade de Portugal. Estudo de documentos dos séculos XVII e XVIII*⁵, cuja publicação, ainda não concluída, se iniciou em 1988. Finalmente, acaba de ser publicado um álbum de testemunhos britânicos sobre o terramoto⁶.

Neste breve relance José Augusto-França ocupa indiscutivelmente, um lugar singular. Na sua obra, Lisboa erguida das ruínas tem sargeza geométrica de Salento acrescida dum novo poder

empiricamente constituído à sombra dum «despotista esclarecido»⁷. O poder da imagem do terramoto de Oliveira Martins, com a conseqüente personificação telúrica do Marquês de Pombal aplicada aqui à reconstrução da cidade – enfim, a concepção de que «o Terramoto se fez homem e encarnou em Pombal seu filho»⁸ –, não esteve ausente e complementa-se mesmo na formulação do problema colocado por José Augusto-França, ou seja, da cidade reconstruída como fazendo parte da emblemática do poder pombalino.

Transportando-nos para um campo totalmente novo e largamente esclarecedor do sentido do discurso político e cultural de Pombal, José Augusto-França mantém, curiosamente, viva a tradicional ligação ou articulação do homem ao acontecimento, ou seja, de Pombal ao Terramoto de 1755. Vem assim a propósito o alerta irónico e clarividente, lançado em 1922, pelo historiador José Lúcio de Azevedo: «À distância secular que nos separa do acontecimento a imaginação vê ainda o super-homem, Sebastião José de Carvalho a emergir sozinho dos fumos da catástrofe»⁹.

Como em todas as narrativas míticas que remetem para um tempo fundador, encontramos-nos perante a reminiscência ou a actualização de um caos não primitivo, mas primordial, de um tempo em que Homem e Cosmos partilham de uma mesma revelação. Daí que a figuração da natureza convulsa seja, quase sempre, associada à intencionalidade e à singularidade do poder de um homem, à imagem do taumaturgo que age por si, sem intervenção divina. Neste sentido, penso que a imagem do político, do Marquês de Pombal, é perfeitamente moderna. Até mesmo no sentido em que essa imagem resulta de uma construção ideológica. É sabido, por exemplo, que não é da autoria de Pombal, mas sim do Marquês de Alorna, a célebre frase, proferida logo após o desastre, de que era preciso «sepultar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos», e, no entanto, ela permanece como frase lapidar e lema de Pombal. Lema amplamente divulgado e justificado pela acção de propaganda de três homens próximos do Marquês de Pombal, nomeadamente de Manuel Portal, António Pereira de Figueiredo, *Comentário latino e Português sobre o terramoto e incêndio de Lisboa*, e Francisco José Freire, que escreveu, sob pseudónimo de Amador Patrício de Lisboa, as *Memórias das Principais Providências que se deram no Terramoto de 1755*.

Evitando conclusões precipitadas, é preciso acrescentar que se o terramoto não coloca Pombal fora da História, como na plena acepção do mito, creio que ele está, em todo o caso, no âmago da visão comum, tão grosseiramente unificante no nosso século XVIII, sob a égide de Pombal. Visão que contribui para esquecer e secundizar a riqueza e a complexidade de um tempo colectivo que não parece ser nem descontínuo nem tão linearmente distinto entre D. João V e D. José I.

Mas a memória mítica que em torno de 1755 se construiu continua viva e actuante ainda na nossa mundividência actual. Basta pensarmos na vulgarização do termo terramoto, particularmente operativo quando pretendemos exprimir uma alteração ou uma mudança súbita ou até algo de imprevisto no plano político. São inúmeros, por vezes mesmo constantes, os exemplos que a este respeito nos oferece a comunicação social.

Para além do feixe de significados que confluiu em 1755, saliente-se que a notável projecção que aquela data teve em toda a Europa acabou por conferir ao terramoto de Lisboa boa parte da sua força evocativa.

Na época, uma autêntica avalanche de notícias e relatos sobre outros fenómenos idênticos e contemporâneos em Lima, no Perú, Nápoles, Norte de África e Catalunha circulava, mas apesar das similitudes, o destino de Lisboa, estranhamente dissociado do destas regiões, revelou-se único pela forma como foi recebido e lido em toda a Europa.

A catástrofe conseguiu agitar e emocionar toda a Europa urbana. Esta capacidade de tocar homens de tão diversas crenças, mentalidades e modos de pensar confere a este acontecimento uma carga dramática enorme e surpreendente. Lisboa, prisioneira da sua própria História, sucessivamente evocada em imagens de caos e desolação, impôs definitivamente o seu prestígio secular de velho pórtico urbano da Europa sobre o Atlântico. «A grande e magnífica capital»¹⁰ que Goethe descobre na sua evocação do terramoto não era mais que uma divisa então vulgarizada por centenas de descrições, gravuras e opúsculos. A própria *Encyclopédie Méthodique* descreve em tom exaltante a cidade das descobertas¹¹. Ora, esta consciência do tempo e do espaço, tornando Lisboa prisioneira da sua própria História, confere, à partida, outra legibilidade ao jogo de emoções e representações que o acontecimento desencadeou além-fronteiras.

Por outro lado, este acidente natural ocorre, é preciso notá-lo, numa época de recuo de crises de mortalidade súbita e endémica, num século em que se atenua e reduz a expectativa do homem em relação às calamidades do céu e da terra, enfim, num tempo em que a aliança entre o Poder, o Estado, e o Saber, a Medicina e a higiene pública, por exemplo, fizera recuar o infortúnio a um ritmo até então desconhecido. Por isso, ainda na memória do jovem Goethe, o terramoto de 1755 ficaria irremediavelmente gravado como um acidente trágico que espalhou o pânico num mundo que por algum tempo – as palavras são de Goethe – se habituara à paz e à tranquilidade¹².

Num século calmo, um novo estado de espírito, o *optimismo*, tomara forma de doutrina, nomeadamente em círculos de pensadores e homens de letras afeitos ao entendimento da Teodiceia de Leibniz e dos *Essay on Man* de Pope. Note-se mesmo que a palavra «optimismo», não tendo exactamente o mesmo sentido que Leibniz lhe emprestara, em 1737, utilizada pelos Jesuítas de Trévoux, sendo depois registada na nova edição do seu dicionário, em 1752 e, finalmente, aceite pelo *Dicionário da Academia Francesa* de 1762.

Eram assim cada vez mais numerosos os círculos de opinião que aderiam à ideia de que se vivia no melhor dos mundos possíveis. Na Inglaterra próspera e tolerante do século XVIII, não só Saftsbury ou Bolingbroke asseguraram o êxito da nova doutrina, o slogan de Pope «Whatever is, is right» tinha demasiada força para ser esquecido por um público letrado mais amplo.

Em Berlim, na Academia Real fundada também por Leibniz, Maupertius, então presidente, com o intuito de travar a recepção incessante do sistema de valores subjacente à doutrina do optimismo – que tanto fascinava o monarca Frederico II e a sua corte – põe a concurso, em 1753, a doutrina do optimismo. Anos depois, a dissertação vencedora, de Reinhard, miserável nos seus argumentos, parecia no entanto ajustar-se melhor ao sentimento de infortúnio que, por toda a parte, o terramoto suscitava.

Por fim, há ainda um outro factor particularmente importante a ter em conta quando se analisam as condições de recepção do acontecimento na Europa culta do século XVIII. Refiro-me ao aparecimento da terra como objecto de conhecimento autónomo,

ou seja à emergência da Geologia, como ciência distinta da Minerologia ou até da História Natural¹³.

No século das Luzes, alguns espíritos, pouco receptivos às cosmologias de intervenção divina, afastam-se progressivamente do discurso bíblico do *Genesis*. Atraía-os a possibilidade de uma ordem inteligível do mundo. Sabiam que, para além do *ecran* múltiplo da paisagem, a natureza mutável possuía uma ordem intrínseca e única. Em 1749, Buffon na sua *História e Teoria da Terra* põe em evidência as dificuldades de articulação da palavra das escrituras em os vestígios e os sinais que os «arquivos da terra» guardavam. A atenção que Buffon, como Werner, Hutton e outros conferiram aos fenómenos da fossilização e da sedimentação traduzia o desejo expresso de «temporalizar a ordem da Natureza»¹⁴. Era a descoberta da imensidão do tempo geológico e, a par dela, o reconhecimento e a reafirmação da existência de uma memória da terra alheia e distante da própria memória bíblica. Por isso, Hutton e Toulmin recusam sistematicamente derivar os aspectos fisiográficos e litológicos da crosta terrestre de uma catástrofe primitiva e diluviana.

Em busca dessa sempre «obscura autobiografia» da terra exploram-se as suas profundezas, elaboram-se cálculos de altitude a partir da profundidade dos mares, esboçam-se explicações para acidentes naturais como os terremotos¹⁵. Mas, neste campo, o sincretismo domina. Não se abandonam totalmente os clássicos, ou seja, a teoria dos quatro elementos de Eupédocles, terra, água, ar e fogo. Oscila-se entre a doutrina de Parménides que atribuía a causa dos terremotos à terra, ou de Anaxágoras que privilegiava o fogo, ou ainda de Arquélau, que a atribuía ao outro elemento, o ar. Por isso, o jesuíta Kirker, que faz a síntese do pensamento clássico nesta matéria, é o autor do tratado mais citado na época, o que não exclui o aparecimento de novos sistemas explicativos mais próximos das experiências da física e da química, como as de Lemery, Boyle, Lemonier e Halles, que apontam para existência de enormes e profundas cavernas no interior do planeta, onde a acumulação ou a combinação dos *mistos*, enxofre salitre e betumes de metais como o ferro, em combinação com a terra, era susceptível de produzir violentos movimentos da crosta terrestre.

De todos estes dados e concepções emerge um novo globo terráqueo. A natureza liberta-se do caos primitivo e dos

fantasmas ctonianos e infernais, reencontrando-se agora na fisionomia da terra um campo sublime de revelação.

Mas é preciso notar que só um grupo restrito de pessoas, de sábios e curiosos, partilhava esta visão da terra. Porém, perante um terramoto tão devastador como o de 1755, que era preciso entender e explicar, as novas concepções da geologia e da física rompem rapidamente o âmbito restrito das academias para constar de inúmeros folhetos e jornais científicos como os tão conhecidos na época *Philosophical Transactions*. Voltarei a este tópico de reflexão quando falar de E. Kant e da sua Teoria Geral dos Terramotos.

Interessa, entretanto, passar das condições de recepção do acontecimento às várias leituras que ele realmente suscitou. Em Portugal, particularmente em Lisboa, a destruição foi acompanhada por um generalizado pânico. Este sentimento é compendiado por um vasto conjunto de obras que se reportam à catástrofe. Toda esta literatura mantém uma estreita ligação com práticas de leitura predominantemente oralizadas. Boa parte dos textos que então correram impressos foram objecto de pregação e de evocação pública, como, por exemplo, os sermões, novenas, cédulas milagrosas, sentenças morais e descrições. Mas outro tipo de publicações retomam o mesmo universo mágico religioso, em especial os almanaques, tratados religiosos e morais, e compilações de poesias. Neste conjunto, o terramoto é inscrito numa concepção predominantemente providencialista (72,6%) e, na medida em que desperta um forte sentimento de culpabilização pelo pecado, converte-se em apelo de regeneração espiritual e moral da sociedade. De fora, fica um pequeno núcleo de ensaios filosóficos, que representa cerca de 6% do total de impressos e em que a explicação de ordem natural e científica se alia a uma mundividência laicizada aberta portanto à afirmação de um estado de espírito de optimismo¹⁶.

Ora sendo a versão providencialista do terramoto dominante, forçoso é admitir um generalizado movimento penitencial. E de facto, após o desastre, Lisboa, em massa, expiou seus pecados em sinal de arrependimento. Não faltam documentos, nomeadamente pastorais e conventuais, que o comprovam. São, no entanto, mais contundentes os testemunhos de estrangeiros que presenciaram os factos.

Um inglês anónimo confessa, em carta a um amigo, que «o horror e susto da multidão aumentaram tanto, devido a este fenómeno assombroso, que pareceram mais chocantes que as próprias convulsões do terramoto», e acrescenta: «Só se viam ajuntamentos de multidões à volta de padres e frades, ajoelhando-se todos, beijando o solo, batendo no peito, esbofeteando as faces, gritando por absolvição...»¹⁷. O autor da mesma carta, datada de Marvilla de 20 de Novembro de 1755, relata ainda a bizarra conversão a que foi sujeito pela população um pastor anglicano recém desembarcado em Lisboa: «a multidão juntou-se-lhe à volta, julgando ele que para pôr termo à sua vida; mas estava nisto enganado, visto que era de boa vontade para salvar a sua alma, pois os padres que estavam com ele baptizaram-no convenientemente... era inútil resistir. Depois de terem executado o seu trabalho, os pobres fanáticos desencaminhados manifestaram tão maravilhosa consideração e afecto pelo seu imaginado prosélito que quase lhe beijaram os pés»¹⁸.

Outro inglês, Thomas Chase, perante tais manifestações, chegou a admitir que «a população estava toda absorta com a ideia de que era o dia do Juízo Final»¹⁹. E segundo o seu testemunho, «essa espécie de loucura religiosa» só abrandou com a pretensa aparição da Virgem, que, acrescenta, «foi vista sentada entre chamas de fogo de uma igreja pertencente ao famoso convento a ela dedicado do nome de N. Sra. de Penha de França... acenando com um lenço branco ao povo»²⁰.

Para um anglicano iconoclasta, estas manifestações de fanatismo eram chocantes, embora, como veremos, a igreja inglesa tenha largamente partilhado a mesma visão providencialista que alimentava estas manifestações católicas.

Vejamos então como é que, indirectamente, os europeus receberam os acontecimentos de Lisboa. Uma semana depois, as primeiras notícias chegavam a Madrid, onde era já sensível um clima de profunda comoção espiritual que irradiava do sul, da província da Andaluzia, também ela fortemente atingida pelo sismo²¹. Em Espanha, lastimava-se, com insistência, a sorte do rei D. José, cunhado do monarca espanhol D. Fernando VI, e a situação da corte, sem palácio e foragida no campo. Aqui, como mais tarde em França e Inglaterra, o povo de Lisboa, personificado na figura do rei, era cantado em versos e quadras soltas. Esta imagem popular da tragédia prolonga o sentimento

de insegurança do viver urbano, tão marcado no século XVIII, reabilita projectivamente a fidelidade do povo à realeza e põe à prova a eficácia simbólica da corte, mesmo em situações limite de caos e desordem social.

Mas as grandes cidades europeias ignoraram, por algum tempo mais, a sorte de Lisboa. Só a 22 de Novembro a *Gazete de France* anunciava a catástrofe. A informação, que viera de Madrid, era sensivelmente a mesma que, quatro dias antes, o duque de Luynes registava nas suas Memórias. A 26 de Novembro, a *London Magazine* divulgava, com manifesto exagero, a destruição de dois terços da capital portuguesa. Nesse mesmo dia, a informação corria já em Amesterdão. O cônsul inglês, Edward Hay, alertava, entretanto, a corte de Jorge II para a necessidade de um auxílio financeiro, que acabou por se concretizar na oferta de 100.000 libras, repartidas em géneros e dinheiro, a que vieram somar-se outros donativos, menores, vindos de Madrid e Hamburgo²².

O toque de alarme que o desastre causou em Inglaterra impressionou fortemente Thomas Gray e Goldsmith²³. A desorientação era compreensível, os prejuízos da comunidade inglesa estabelecida em Portugal pareciam enormes. Os piores rumores desafiavam a imaginação e avolumavam o pânico. Para contrariar este estado de espírito, era preciso duvidar e acusar, publicamente, como fez Johnson, o «secreto prazer» dos autores dessas horríveis descrições²⁴.

Mais do que as informações discretas transmitidas pelas embaixadas, foram os relatos de viajantes estrangeiros e as cartas patéticas a amigos e familiares que fizeram alastrar as notícias. A linguagem de dor e emoção reflectia-se na vasta teia de relações que a notícia criava, sugerindo um quadro sombrio e incompleto de que as belas letras logo se apropriaram. Alfonse Varano, por exemplo, tentou fixar a destruição de Lisboa à maneira sublime de Dante, designando mesmo a sétima das suas visões dantescas de Pel, *Terramoto di Lissabonna*. O tema do desastre foi recriado literariamente por muitos autores. Evoluiu de Georges Zimmermen até à versão grandiosa, humana e sensível de Goethe.

As primeiras informações precipitaram-se também, com os mesmos traços de sentimento, na imprensa da época. O jornal vienense *Wienerisches Diarium* publicou, no fim de Janeiro de 1756, um desses relatos comovidos. Pela mesma altura, as

Philosophical Transactions, publicadas em Londres, e onde avultam observações e estudos sobre o terramoto de 1755, divulgavam uma carta escrita por Mr. Walfall, cirurgião inglês, que, depois de relatar longa e minuciosamente os acontecimentos, confessa o seu «estado de perplexidade difícil de descrever»²⁵.

Na leitura destes quadros atormentados, projectam-se tanto as inquietações como as fantasias dos observadores estranhos ao acontecimento. A gravura é um óptimo écran desse estado de espírito. A maior parte das imagens que então circularam foram concebidas por autores que nunca estiveram em Lisboa e que a representam de forma bizarra, como, por exemplo, uma gravura francesa que mostra a cidade plana, tal como Paris, onde o rio Tejo, transformado em planície, com diversas tendas armadas, é refúgio de personagens elegantes, que ora se divertem, ora exprimem desorientação perante as labaredas e as ruínas colocadas à retaguarda.

Mas a gravura, associada à pregação, atingia o homem comum, criando uma outra sequência de imagens, de choque, capazes de levar ao limite da imaginação os seus sentimentos de insegurança. Em Hamburgo e, sobretudo, em Londres, sermões inflamados culpabilizavam os crentes e espalhavam o medo da ira divina²⁶. Com o mesmo espírito, em Viena, as festas de Carnaval eram interditadas por ordem da imperatriz Maria Teresa.

O retorno à Bíblia, suporte da leitura providencialista do desastre, documenta-se na similitude vulgarmente explorada, sobretudo em Portugal, entre a sorte de Lisboa e Ninive, cidade penitente, ou no limite, Sodoma e Gomorra. Sobre este vasto nível de exploração do tema, católicos e protestantes coincidiram. Em Londres, porém, os protestantes lançaram, na ocasião, um forte libelo contra a Inquisição de Lisboa. E, em França, os jansenistas insistiram em associar àquele argumento o da inevitável punição dos jesuítas, conforme se pode ler nas *Reflexions sur le Désastre de Lisbonne* de Laurent-Étienne Rondet. Apesar dos vários argumentos que suscitou, a leitura providencialista foi explorada de modo a fixar uma resposta definitiva a um acontecimento que despertava a consciência da precariedade das coisas. Esta vaga de proselitismo religioso não só afectou de forma desigual o território europeu como durou pouco tempo, o necessário para que o esquecimento fizesse recuar o medo.

Na fuga à invasão do trágico no quotidiano, o desastre de Lisboa continuou a ser, por antítese, tema-sensação. Inspirou, por exemplo, a tragédia burlesca «*O terramoto de Lisboa*» (1756), do francês Jean Henri Marchand. Exerceu uma forte sugestão sobre Casanova, no planeamento de uma das suas tentativas de fuga da prisão. Serviu de pretexto a acções de espionagem comercial entre a França e a Inglaterra, como indica a obra do aventureiro Ange Goudar, *Discours politique sur les avantages que les portugais pourraient retirer de leur malheur...* (1756). Foi motivo de moda, do traje ao leque, e até de entretenimento social, em Inglaterra, onde se inventou um jogo de salão intitulado jogo do terramoto.

Colocado na ordem do dia pela «publicidade», o acontecimento atingiu, para além do campo estritamente literário, grande ressonância no meio intelectual europeu. Aqui se inscreve, verdadeiramente, como problema aberto à reactualização de uma visão do mundo e do homem, como desafio à compreensão da natureza e, portanto, ao desenvolvimento da ciência.

Voltaire, emocionado, escreveu o *Poème sur le Désastre de Lisbonne* (1756). Por ele perpassa o fim da ilusão do «tout est bien» que, depois de Leibniz e Pope, parecia merecer, cada vez mais, o assentimento dos filósofos.

Sob o impacto do desastre, Voltaire reconhece o homem como ser estranho a si próprio. Busca, entretanto, uma ética do discurso e descobre que o optimismo, tal como a metafísica, continuavam a ser recursos ilusórios. O debate estava lançado. Rousseau, incapaz de trair a sua concepção de natureza eternamente boa, responde, chocado: «Cet optimisme, que vous trouvez si cruel, me console pourtant dans les mêmes douleurs que vous me peignez comme insupportables...»²⁷. Rendido à ilusão necessária – «un jour tout sera bien, voilà notre esperance / tout est bien aujourd' hui, voilà notre illusion»²⁸ –, Voltaire produz uma das suas mais fascinantes obras, *Candide ou l' Optimisme* (1759). Aí manifesta com admirável ironia e sageza a desproporção essencial entre as explicações do mundo e a existência do homem. Por isso, a sua renúncia à *Teodiceia* de Leibniz inscreve-se tanto no plano filosófico como antropológico.

O lema final de *Candide* – «Il faut cultiver notre jardin» –, na sua absoluta singeleza, encerra já o princípio de um novo discurso sobre o mundo. Não eram, portanto, em vão os argumentos que,

em abono das causas geológicas dos terremotos, Melchior Grim e Diderot mencionavam na sua correspondência literária. A linguagem enigmática da terra, as suas profundezas e os sinais que ela guardava despertavam, no horizonte da história natural, como objectos de um domínio de conhecimento distinto, a Geologia. É nesta perspectiva que Kant, na sua célebre *História e Fisiografia do Terramoto do fim do ano de 1755*, desenvolve o tema da «utilidade dos terremotos». A experiência demonstrava que «os terremotos e as águas termais provinham da mesma causa mas tinham efeitos diferentes... Em Toplitz, no dia 1 de Novembro, desapareceu a água, por momentos, para tornar a aparecer, mas de cor sanguínea. O movimento rápido da água tinha alargado o canal por onde corria e o fluxo de água passou a ser mais abundante. Os habitantes desta região tinham bem motivo para cantar o *Te Deum Laudamus*, enquanto os de Lisboa erguiam as vozes de modo bem diferente»²⁹. Qualquer aspiração de subordinar a terra ao céu ficava, assim, definitivamente arredada da ciência e da filosofia. Para o filósofo alemão, seria mesmo uma «indiscrição pecaminosa descobrir os propósitos de Deus como Governador do Mundo». Porém, acrescentava: «não ficaremos na mesma ignorância se tratarmos de prever os acontecimentos para a eles nos adaptarmos o melhor possível»³⁰. O desastre de Lisboa, que em nada alterara o optimismo cientista de Kant, entrava definitivamente nos anais da Geologia.

Na mesma época, as ruínas, «tão bizarras e tão horrivelmente belas»³¹ da antiga Lisboa, eram insistentemente demandadas por forasteiros cultos e sensíveis, em busca de novas emoções. Esse contacto material com «quarteirões perdidos e terríficos»³² é, no final do século, um lugar comum em qualquer descrição ou relato de um viajante estrangeiro. Em 1799, «as ruínas, ainda não removidas, de igrejas, de conventos, de palácios, pela sua gigantesca massa de pedra, pelos restos de uma construção antiquada, pela magnificência das suas arcarias, e às vezes, pela sua majestosa situação, surgem imponentes do próprio descabelo, ao espírito e à imaginação de quem as contempla, contrastando com as casas que as cercam, de um estilo mais moderno»³³. A cidade reconstruída, evocativa do estadista que a planeara e, como tal, celebrada, entre outros, por Carrère, Bombelles, Costigan, Darlymple e William Beckford permitia, assim, uma estranha usura de sentidos. Integrada na retórica do

poder do monarca esclarecido D. José I e de Pombal, a cidade exercia já, em finais do século, no contraste com as ruínas que a cercavam, uma forte sugestão romântica de nostalgia.

NOTAS

¹ C. R. Boxer, «Some Contemporary Reactions to the Lisbon Earthquake of 1755», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2ª série t. XXII, nº 2, 1956 pp. 113-129; Carlos Estorninho, «O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações Luso Britânicas», *Ibidem*, nº 1, 1956, pp. 198-233; António Gonçalves Rodrigues, «O Protestante Lusitano. Estudo biográfico e crítico sobre Cavaleiro de Oliveira, 1702-1783», *Biblos*, vol. XXVI, 1950.

² Rómulo de Carvalho, *As interpretações dadas, na época, às causas do terramoto de 1 de Novembro de 1755*; Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe de ciências, Sep. do tomo XXVIII, Lisboa, 1987, pp. 179-205.

³ Maria Luísa Braga, *A Polémica dos Terramotos em Portugal*, Sep. da Revista Cultura, História e Filosofia, vol. 5, 1986, pp. 545-573.

⁴ Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, *Ruína e morte em Portugal no século XVIII, a propósito do terramoto de 1755*, Sep. da Revista de História das Ideias, 9 – O Sagrado e o Profano III, Coimbra, 1987, pp. 327-365.

⁵ M.R. Themudo Barata et. al., *Sismicidade de Portugal. Estudo da Documentação dos séculos XVII e XVIII*, vol. 1, Heurística, Crítica e Interpretação, G.P.S.N., 1988.

⁶ *O terramoto de 1755. Testemunhos Britânicos*, Pref. de Maria Leonor Machado de Sousa, The British Historical Society of Portugal e Lisóptima Edições, ed. bilingue, Lisboa, 1990.

⁷ José Augusto-França, *Nota sobre o Marquês de Pombal e a sua cidade*, Sep. da Revista de História das Ideias, 4 – O Marquês de Pombal e o seu Tempo, II, Coimbra, 1982, pp. 285-289. É contudo indispensável o recurso a *Une Ville des Lumières. La Lisbonne de Pombal*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1965 (edição portuguesa, Livraria Bertrand, 1983).

⁸ Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1972, p. 461.

⁹ J. Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e a sua época*, 2ª ed. com emendas, Rio de Janeiro, Typ. do Anuário do Brasil, 1922, p. 143.

¹⁰ Goethe, *Poesie et Verité*, Paris, 1979, t. 1, p. 26. Cf. «Dichtung und Wahrheit», Erster Teil. I Buch, *Goethes Werke*, Hamburger Ausgabe, 1957, 2, pp. 29-35.

¹¹ *Encyclopédie Méthodique. Géographie*, Tome second, Paris, chez Pancoucke, 1784, pp. 215-217.

¹² Goethe, Idem.

¹³ Sobre este assunto vejam-se especialmente, Keith Thomas, *Man and Natural World. A History of the Modern Sensibility*, New York, Pantheon Books, 1983; Roy Porter, *The Making of Geology. Earth Science in Britain 1660-1815*, Cambridge University Press, 1975 e o já clássico Jean Ehard, *L' idée de la Nature en France dans la première moitié du XVIIIe siècle*, Paris, École Pratique des Hautes Études, 1963.

¹⁴ Alain Corbin, *Le Territoire du Vide. L' Occident et le désir du rivage, 1750-1840*. Paris, Flammarion, 1988, p. 118.

¹⁵ Alain Corbin, *Ob. cit.*, pp. 125-126.

¹⁶ Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, *Ob. cit.*, pp. 341-350.

¹⁷ *O Terramoto de 1755. Testemunhos Britânicos...* p. 45.

¹⁸ Idem, pp. 49-51.

¹⁹ Idem, p.99.

²⁰ Idem, p. 123.

²¹ Aguiar Pinhal, «Comoción espiritual provocada en Sevilha por el terramoto de 1755», *Archivo Hispalense*, nº 79, 1975, pp. 37-53.

²² C.R. Boxer, «Some Contemporary Reactions to the Lisbon Earthquake of 1755», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2ª série t. XXII, nº 2, 1965 pp. 113-129; Carlos Estorninho, «O terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações Luso Britânicas», *Ibidem*, nº 1, 1956, pp. 198-233; M. de Yong, «Hollandse reacties op der verwesting van Lissabon in 1755», *Tijdschrift voor Geschiedenis*, v. 68, Groningen, 1955, pp. 193-212.

²³ Thomas Gray, Letters to Mason, 25 juillet 1756; Goldsmith, *The History of the seven years War, 1765*, Works, t. V, p. 25; *The Good – Natured Man*, 1768, *ibid.*, t. II, p. 156-193, Cit. in P. Hazard, «Esquisse d'une histoire tragique du Portugal, devant l' opinion publique du dix-huitième siècle», *Revue de Litterature Comparée*, 18e année, 1938, pp. 63-65.

²⁴ G. Gastinel, «Le désastre de Lisbonne», *Revue du XVIIIe siècle*, 1913-1914; François Ewald, «La fin d' un monde», *Magazine Littéraire*, nº 232, 1986, pp. 28-29.

²⁵ Reproduzido por M. Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1879, T. I. pp. 466-467.

²⁶ T. Kendrick, *The Lisbon Earthquake*, London, Methuen & Co. Ltd., 1956.

²⁷ Rousseau, Lettre à Voltaire, le 18 août 1756. *Oeuvres Complètes*, Paris, Éditions du Seuil, 1971, v. 2, p. 316.

²⁸ Voltaire, Poème sur le désastre de Lisbonne. *Oeuvres Complètes*, Paris, éd. Garnier Frères, 1877, t. IX, p. 478.

²⁹ *Ensaio de Kant a Propósito do Terramoto de 1755*, Tradução de Luis da Silveira, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara de Lisboa, 1955 pp. 21-22. Sobre as implicações filosóficas e científicas dos ensaios de Kant sobre o terramoto de 1755 veja-se, Hans Blumenberg, *Das Lachen der Thrakerin. Eine Urgeschichte der Theorie*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1987; e G. Reinffardt and D. R. Olroyd, «Kant' s theorie of earthquakes and volcanic action», *Annals of Science*, 40, 1963, pp. 247-272.

³⁰ *Ensaio de Kant a Propósito do Terramoto de 1755...* pp. 52-53.

³¹ G. Gorani, *Portugal, a corte e o país nos anos de 1765 a 1767*, Lisboa, Editorial Ática, 1945, p. 32. Cf. G. Roscioni e G. Scudder, «O terramoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755», Lisboa, *Estudos Italianos em Portugal*, 25,

pp. 139-163, 1965; Guido Batelli, «Il terremoto de Lisbona nelle memorie degli scrittori italiani contemporani», Coimbra, Biblos, v. 5, 1929, pp. 541-553.

³² William Darlymple, *Travels Though Spain and Portugal in 1774*, cit. in Piedade Braga Santos et al., *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 19.

³³ Carl Israel Ruders, *Viagem em Portugal 1798-1802*, Trad. de António Feijó, Pref. e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p. 29.

Mais de duas dezenas e meia de estudos inéditos sobre diversos aspectos da História Contemporânea Portuguesa compõem esta obra colectiva, organizada em homenagem ao historiador Vítor de Sá, no ano da sua jubilação como Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Trata-se, acima de tudo, de um testemunho de apreço de colegas e amigos do Professor Vítor de Sá pelo labor que ele desenvolveu, ao longo de mais de meio século, produzindo, por vezes em condições adversas, uma obra de inquestionável referência na historiografia da Época Contemporânea Portuguesa.

Reunindo a colaboração de um tão significativo número de investigadores, esta obra reflecte bem a importância crescente que a História Contemporânea Portuguesa vem assumindo, que muito deve ao esforço pioneiro de historiadores que, como Vítor de Sá, desbravaram caminhos novos no estudo de uma época histórica, durante muito tempo desprezada pelas instituições académicas.